



RDH
00160/2017

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA

REQUERIMENTO Nº , DE 2017- CDH

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a fim de ***debater a Sugestão Legislativa de nº 47/2017 que solicita a revogação da Lei que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira, a Lei 12612.***

JUSTIFICATIVA

Nascido a 19 de setembro de 1921, em Recife, Pernambuco, Paulo Reglus Neves Freire graduou-se em Direito, com doutorado em Filosofia e História da Educação, mas foi na área da pedagogia que se dedicou à revolucionar a educação. Paulo Freire sempre demonstrou profunda indignação com as injustiças sociais tão marcantes em nosso país, especialmente nos anos 1960, e via na educação um caminho para libertar o povo das amarras históricas que colocavam uns sob o jugo de outros. O educador acreditava que a utilização de saberes e valores locais seria capaz de despertar o interesse do cidadão pela educação, construindo de fato a cidadania. No governo do presidente João Goulart, coordenou o Plano Nacional de Alfabetização, que tinha como objetivo tirar 5 milhões de pessoas do analfabetismo.

Foi no final da década de 1940 e início da década de 1950, em Recife/PE, trabalhando com alfabetização de adultos no Serviço Social da Indústria (SESI), que Paulo Freire deu os primeiros passos para construir uma pedagogia libertadora, que pretende, através do trabalho coletivo, possibilitar que os indivíduos adquiram consciência crítica e se tornem sujeitos de sua própria história.

Na década de 60, por solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, organizou a marcante experiência realizada no município de Angicos, no sertão potiguar, em consonância com outras experiências de educação popular que brotavam naquele período, em especial no Nordeste, como o



SF/17538.25264-88



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA

Movimento de Cultura Popular, implementado pelo prefeito Miguel Arraes em Recife/PE; a campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, implementada pelo prefeito Djalma Maranhão em Natal/RN; e a Campanha de Educação Popular da Paraíba, de iniciativa da Juventude Universitária Católica – JUC.

Em Angicos/RN, a experiência de alfabetização de adultos coordenada por Paulo Freire – conhecida como “40 horas de Angicos” – ganhou repercussão nacional e internacional. Observadores, especialistas em educação e veículos da imprensa nacional e internacional se fizeram presentes na pequena cidade potiguar para conhecer o método de alfabetização concebido por Paulo Freire, que tinha como objetivo fazer com que os trabalhadores aprendessem a ler e escrever em apenas 40 horas.

Com o Golpe Militar de 1964, Paulo Freire foi exilado, indo inicialmente para a Bolívia e, logo em seguida, para o Chile, país em que viveu até 1969. Ao longo dos anos 70, viveu na Europa, trabalhou no Conselho Mundial das Igrejas, subsidiou ações educacionais de movimentos sindicais e feministas, ao mesmo tempo que prestou serviço como consultor para a implementação de políticas educacionais em países da África, recém libertados da sua condição de colônias.

Retornou ao Brasil em 1979, tornando-se professor universitário. Participou ativamente do processo de redemocratização brasileiro, apoiando as lutas do Movimento Sindical emergente e sendo um dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores. Como um nome reconhecido internacionalmente, foi chamado para assessorar, falar ou ser homenageado em vários países.

Paulo Freire foi agraciado com o título de doutor Honoris Causa por 27 universidades, de países com diferentes matizes ideológicas. Recebeu, ainda, inúmeros títulos pelo seu trabalho em prol da educação, como o Prêmio Unesco da Educação para a Paz (1986) e o Prêmio Andrés Bello, da Organização dos Estados Americanos, como Educador dos Continentes (1992), sempre a elevar o nome do Brasil no mundo.

O conjunto de sua contribuição para a educação como ferramenta de transformação da realidade social e superação das desigualdades de nosso país já foi merecidamente reconhecido pelo Parlamento brasileiro. Em 13 de abril de 2012, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei aprovada pelo Congresso Nacional, de autoria da deputada federal Luiza Erundina, que declarou Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira, a Lei 12.612, de 2012.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA

E em virtude desta justa homenagem, nestes tempos confusos em que vivemos, foi apresentada esta Sugestão Legislativa de nº 47/2017 com a finalidade de revogar esta Lei. Na condição de relatora desta Sugestão Legislativa na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa do Senado Federal, apresento este Requerimento de Audiência Pública para que possamos debater esta proposta.

Em épocas de intolerância, de crescentes injustiças sociais e de conflitos internacionais, debater a vida e a obra de Paulo Freire contribuirá para reafirmar o compromisso deste Parlamento com um novo horizonte possível, no qual cada brasileiro e cada brasileira possa viver com dignidade, com respeito às diferenças e ser feliz, libertos das mais variadas formas de opressão.

Sala das Comissões, de novembro de 2017.

Senadora **FÁTIMA BEZERRA (PT-RN)**



SF/17538.25264-88